



PROPOSTA

CAPACITAÇÃO *IN COMPANY*
- GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE
CONTRATOS
ADMINISTRATIVOS

A/C

2025

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

Proposta

Em resposta a solicitação encaminhamos proposta de preços para capacitação in company. Agradecemos a oportunidade que nos foi endereçada e assegurar nosso total empenho na obtenção de resultado para vossa entidade.

CAPACITAÇÃO IN COMPANY

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

- ✓ Local: Capacitação presencial em Ministério da Justiça e Segurança Pública Brasília/DF
- ✓ Data: 03 a 07 de novembro de 2025
- ✓ Horário: 13h30 às 17h30
- ✓ Carga Horária 20 horas-aulas
- ✓ 30 alunos
- ✓ Capacitação ministrada pelo Prof. Ricardo Brito
- ✓ Apostila impressa e material complementar digital, com manuais, notas técnicas e jurisprudências

R\$ 34.500,00

AHC SERVICOS DE TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA

CNPJ 48.905.520/0001-70
Rua Monte Alegre, 4800 - Jardim Guanabara
Dourados - MS
Tel.: (67) 98117-0399
novapublicaigp@gmail.com

Emissão: data da assinatura
Validade da Proposta: 60 dias

Banco 077 - Inter
Agência 001
Conta Corrente 28215072-2

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Atualizado com Lei nº 14.133/2021 e Decreto n.º 11.246/2022

1. OBJETIVOS

1.1. Objetivo geral

Capacitar o participante para a atuação na gestão e fiscalização de contratos administrativos, em conformidade com os dispositivos da Lei nº 14.133/2021, a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Decreto nº 11246/2022 e jurisprudência.

1.2. Objetivos específicos

Ao final da capacitação, espera-se que os participantes sejam capazes de:

- Entender todo o processo que precede a formalização do contrato administrativo;
- Realizar gestão e fiscalização eficiente, eficaz e efetiva do contrato administrativo;
- Identificar vícios e ilegalidades durante a execução contratual;
- Promover alterações contratuais de acordo com a legislação e jurisprudência vigente;
- Instruir corretamente a solicitação de sanção administrativa;

2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E CRONOGRAMA DE AULA

2.1. Contratos Administrativo

- 2.1.1. Conceito
- 2.1.2. Termo de contrato ou instrumento equivalente
- 2.1.3. Cláusulas necessárias
- 2.1.4. Prerrogativas da Administração
- 2.1.5. Garantia
 - 2.1.5.1. Modalidades de garantia
 - 2.1.5.2. Aspectos a serem fiscalizados na garantia contratual
- 2.1.6. Vigência do contrato administrativo
 - 2.1.6.1. Serviços e fornecimentos continuados
 - 2.1.6.2. Vigência indeterminada
 - 2.1.6.3. Vigência em leis especiais
 - 2.1.6.4. Contratos de receita
- 2.1.7. Publicação
 - 2.1.7.1. Formas e prazos
- 2.1.8. Alterações no contrato administrativo
 - 2.1.8.1. Alteração unilateral
 - 2.1.8.2. Alteração por acordo entre as partes
 - 2.1.8.3. Alterações qualitativas e quantitativas
 - 2.1.8.4. É possível contrato sob demanda?
- 2.1.9. (Re)Equilíbrio econômico-financeiro
 - 2.1.9.1. Conceito
 - 2.1.9.2. Hipóteses de reequilíbrio
 - 2.1.9.2.1. Revisão (recomposição): requisitos
 - 2.1.9.2.2. Reajuste: requisitos
 - 2.1.9.2.3. Reajuste em sentido estrito
 - 2.1.9.2.4. Efeitos retroativos
 - 2.1.9.2.5. Preclusão lógica
 - 2.1.9.3. Matriz de Riscos
- 2.1.10. Contratação do Remanescente
- 2.1.11. Formalização do procedimento de reequilíbrio
- 2.1.12. Extinção do contrato administrativo

- 1.1.1.1. Situações que ensejam a extinção do contrato administrativo

2.2. Gestão e Fiscalização do Contrato Administrativo

- 2.2.1. Base legal
- 2.2.2. A obrigatoriedade de fiscalização dos contratos administrativos
- 2.2.3. Gestão e fiscalização na IN/SEGES/MP nº 05/2017
- 2.2.4. Gestão e fiscalização no Decreto nº 11246/2022
- 2.2.5. Segregação de funções
- 2.2.6. Quem pode ser designado fiscal de contrato?
- 2.2.7. Procedimento de designação da equipe de fiscalização
- 2.2.8. O servidor pode recusar a atribuição de gestão e fiscalização de contratos?
- 2.2.9. Atribuições de gestores e fiscais
- 2.2.10. Segregação de funções
- 2.2.11. Tipos de fiscalização
 - 2.2.11.1. Fiscalização técnica
 - 2.2.11.2. Fiscalização Administrativa
 - 2.2.11.3. Fiscalização Setorial
- 2.2.12. Instrumento de Medição de Resultados – IMR
 - 2.2.12.1. Como elaborar indicadores
- 2.2.13. Preposto
- 2.2.14. Instrução processual
- 2.2.15. Rotinas básicas de fiscalização
- 2.2.16. Recebimento provisório e recebimento definitivo
- 2.2.17. Infrações contratuais
- 2.2.18. Papel da equipe de fiscalização nos eventos contratuais (aditamento e apostilamento)
- 2.2.19. Pagamento

2.3. Gestão e fiscalização de contratos com dedicação exclusiva de mão de obra

- 2.3.1. Conceito de terceirização
- 2.3.2. Responsabilidade solidária e responsabilidade subsidiária
- 2.3.3. Súmula 331/TST
- 2.3.4. Terceirização na Lei nº 14133/2021
- 2.3.5. Fiscalização inicial
- 2.3.6. Fiscalização mensal
- 2.3.7. Fiscalização por amostragem
- 2.3.8. Fiscalização no encerramento do contrato
- 2.3.9. Noções sobre conta vinculada e fato gerador

2.4. Oficina de casos práticos

- 2.4.1. Fornecimento de bens
 - 2.4.1.1. Elaboração do Termo de Recebimento Provisório (Técnico e Administrativo)
 - 2.4.1.2. Elaboração do Termo de Recebimento Definitivo
- 2.4.2. Prestação de Serviços
 - 2.4.2.1. Elaboração do Termo de Recebimento Provisório (Técnico e Administrativo)
 - 2.4.2.2. Elaboração do Termo de Recebimento Definitivo

2.5. Atualização do Mapa de Riscos na Gestão e Fiscalização

2.6. Noções gerais de sanções em contratos administrativos

- 2.6.1.1. Infração ao contrato administrativo
- 2.6.1.2. Advertência
- 2.6.1.3. Multa
- 2.6.1.4. Impedimento de licitar e contratar
- 2.6.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
- 2.6.1.6. Abrangência das sanções
- 2.6.1.7. Papel do Gestor e do Fiscal no processo sancionatório
- 2.7. Responsabilização do servidor público na gestão e fiscalização de contratos administrativos

- 2.7.1.1. Base legal
- 2.7.1.2. Erro grosseiro e situações enquadradas pela jurisprudência
- 2.7.1.3. Responsabilidade
- 2.8. Jurisprudência e doutrina sobre a contratação direta.

3. CARGA HORÁRIA

20 horas-aula

4. (PRÉ-REQUISITOS PARA O) PÚBLICO-ALVO

Servidores que realizem as seguintes atividades:

- a) Gestão e fiscalização de contratos administrativos;
- b) Instrução de processos licitatórios;
- c) Instrução de processo de apuração de responsabilidade de fornecedores na execução contratual;
- d) Autoridade competente;

5. MÉTODOS DE ENSINO

5.1. ESTRATÉGIAS INSTRUCIONAIS

- Exposição da legislação sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Exposição da jurisprudência sobre gestão e fiscalização de contratos administrativos;
- Promover atividades de fixação dirigidas por meio de atividades assíncronas;
- Dirimir dúvidas relacionadas aos requisitos a serem avaliados no planejamento de compras públicas.

5.2. MATERIAIS DIDÁTICOS

- Apostila.
- Material complementar com manuais e notas técnicas sobre o tema.

6. ÁREAS TEMÁTICAS DA CAPACITAÇÃO (CLASSIFICAÇÃO SIPEC/MPOG)

- | | |
|---|---|
| ☒ Administração Pública | ☐ Informática – aplicativos e sistemas |
| ☐ Auditoria; | internos; |
| ☐ Ciência e Tecnologia; | ☐ Informática – programação e tecnologia |
| ☐ Comunicação; | da informação; |
| ☐ Defesa e Segurança; | ☐ Informática – sistemas informatizados do |
| ☐ Saúde; | Governo Federal; |
| ☐ Desenvolvimento Gerencial; | ☐ Logística; |
| ☐ Direito e Justiça; | ☐ Meio Ambiente; |
| ☐ Economia, Orçamento e Finanças; | ☐ Pessoa, Família e Sociedade; |
| ☐ Educação; | ☐ Planejamento; |
| ☐ Ética; | ☐ Relações Internacionais; |
| ☐ Gestão da Informação; | ☐ Trabalho; |
| ☐ Gestão de Pessoas; | ☐ Transportes; |
| | ☐ Outros. |

7. AMBIENTE(S) ORGANIZACIONAL(IS)

- | | |
|---|---|
| ☒ Administrativo | ☐ Ciências da Saúde |
| ☐ Infra-Estrutura | ☐ Agropecuário |
| ☐ Ciências Humanas, Jurídicas e Econômicas | ☐ Informação |
| ☐ Ciências Biológicas | ☐ Artes, Comunicação e Difusão |
| ☐ Ciências Exatas e da Natureza | ☐ Marítimo, Fluvial e Lacustre |
| | ☐ Comum a todos os Ambientes |

8. BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

Lei nº 14133/2021 – (Nova) Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Lei nº 8666/93 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Lei Complementar nº 123/2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

Decreto nº 9507/2018 - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Decreto nº 11246/2022 - Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Decreto nº 11462/2023 - Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Instrução Normativa/SEGES nº 81/2022 - Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.

Instrução Normativa/SEGES nº 58/2022 - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

Instrução Normativa/SEGES nº 65/2021 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Jurisprudência selecionada dos Tribunais de Contas da União e Tribunais Estaduais

Orientações da Advocacia-Geral da União (AGU)

Pareceres da Câmara Permanente de Licitações e Contratos

Jurisprudência da Justiça do Trabalho

Conheça nosso portfólio!



On-line



Presencial

CURSO PRÁTICO DE ELABORAÇÃO DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS - Lei nº 14.133/2021

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONTRATOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
Atualizado com Lei nº 14133/2021

PLANEJAMENTO DE COMPRAS PÚBLICAS COMPLETO: PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, ETP, TR e PB -
Atualizado com Lei nº 14.133/2021, IN/SEGES nº 58/2022 e IN/SEGES nº 81/2022

PESQUISA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
Atualizado com Lei nº 14.133/2021 e IN/SEGES nº 65/2021

PREGÃO (FORMAÇÃO DE PREGOEIRO) - COM PRÁTICA NO COMPRAS.GOV.BR
Atualizado com Lei nº 14133/2021 e Instrução Normativa SEGES nº 73/2022

CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA DE LICITAÇÃO E INEXIGIBILIDADE
Atualizado com Lei nº 14133/2021 e IN nº 67/2021

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
Atualizado com Lei nº 14.133/2021, Decreto n.º 11.246/2022 e IN/SEGES nº 58/2022

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
Atualizado com Lei nº 14133/2021

REVISÃO, REAJUSTE E REPACTUAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
Atualizado com Lei nº 14133/2021

NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – Lei nº 14.133/2021

GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA CONTA-VINCULADA
IN/SEGES nº 05/2017 e Resolução CNJ nº 169/2013

Conheça nosso portfólio!



On-line



Presencial

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – TEORIA E QUESTÕES POLÊMICAS

Atualizado com Lei nº 14133/2021

APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E APLICAÇÃO DE SANÇÕES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS

ADMINISTRATIVOS - Atualizado com Lei nº 14133/2021

GESTÃO DE RISCOS EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Atualizado com Lei nº 14.133/2021

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Atualizado com a Lei nº 14133/2021

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

Atualizado com Lei nº 14133/2021

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL: ELABORAÇÃO E MONITORAMENTO

Atualizado com Lei nº 14133/2021

CONTRATAÇÃO DE FUNDAÇÕES DE APOIO

em conformidade com a Lei nº 8958/94 e atualizado com Lei nº 14133/2021

AQUISIÇÃO DE PRODUTOS POR MEIO DA COMPRA INSTITUCIONAL DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR – PAA

em conformidade com a Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023 e Decreto nº 11.802/2023 e com a Lei nº 14133/2021

ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COM E SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

em conformidade com a Lei nº 14133/2021

Também personalizamos sua capacitação!

NOVAPÚBLICA

INTELIGÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA



(67)98117-0399



adriana@novapublica.com
novapublicaigp@gmail.com

